

Secretaria de
Estado da
Educação



ESTADO DE GOIÁS
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

PORTARIA Nº 5366, DE 04 DE NOVEMBRO DE 2024

A SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições legais, que o cargo lhe confere e nos termos da Lei Estadual 13.666 de 27 de julho de 2000, alterada pelas Leis 14.306 de 12 de novembro de 2002, 15.557 de 16/01/2006, 18.036 de 07 de junho de 2013.

RESOLVE:

I - AUTORIZAR, a transferência de recursos financeiros no valor total de **R\$ 75.000,00 (setenta e cinco mil reais)**, à Unidade Executora do Conselho Escolar Dom Bosco, inscrito no CNPJ: 04.670.526/0001-30, situado na Avenida Brasil, Esq. com Rua 02 e Rua Gabriel Nascente, Área Especial 02, Qd. 05, Mansões Suleste, no município de Cidade Ocidental, jurisdicionada a Coordenação Regional de Educação de Novo Gama, constante no Processo nº 202400006110687, de 26 de outubro de 2024.

II - ESTABELECER, que o numerário deverá ser creditado à conta nº 79552-6, Banco do Brasil - 001, Agência: 3411-8, no município de Valparaíso de Goiás, conforme **REX nº 4074**.

III - ESCLARECER, que o referido numerário destina-se para Investimento para aquisição de bens permanentes (instrumentos musicais), no Centro de Ensino em Período Integral Pedro Mourão, no município de Cidade Ocidental, de acordo com a Lei nº 22.536 de 09 de janeiro de 2024, publicada no Diário Oficial/GO nº 24.200 de 10 de janeiro de 2024, referente à **Emenda Parlamentar nº 1621/2023**, conforme Ofício nº 1859/2024 - SERINT (66598548), Comunicado nº 1491/2024 - SEDUC/GCR (66598569), tendo em vista as informações constantes no Despacho nº 2453/2024 - SEDUC/GCR (66598642), Despacho nº 1557/2024 - SEDUC/DOFI (66690570) e Despacho nº 3262/2024 - SEDUC/COORDASTEC (66783061), o empenho deverá ser de acordo com a Programação de Desembolso Financeiro PDF (66690144) anexo.

IV - DETERMINAR, que os recursos deverão ser aplicados até **180 (cento e oitenta) dias** pelo (a) responsável não podendo ser utilizado após a expiração do prazo estabelecido, salvo eventualidade que justifique a prorrogação devidamente autorizada, pela Secretária.

V - DETERMINAR, ao Conselho Escolar, que promova o procedimento licitatório e/ou dispensa de licitação, o qual deverá ficar sob seu controle, solicitando ao Presidente do Conselho Escolar, que designe comissões especiais formadas por um servidor efetivo da Coordenação, dois servidores efetivos da unidade escolar e um membro do Conselho Escolar da unidade interessada, exceto seu presidente e também o membro da Comissão de Execução Financeira responsável pelos atos legais do Conselho, aplicando sempre a legislação vigente (Lei de Licitações e Contratos Administrativos nº 14.133/21 Art. 5º e Súmula 177-TCU); ressalvados os casos de situações de dispensas do Art. 75, Incisos I e II e de aditivos aos contratos, os quais independem do procedimento licitatório.

VI - EXIGIR, quando da prestação de serviços com utilização de mão de obra ou na execução de obras:

- I – Certidão Negativa do INSS;
- II – Certidão do Fundo de Garantia;
- III - Certidão de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União;
- IV – Guia de Recolhimento do FGTS e de informações à Previdência Social;
- V – Resumo da Folha de Pagamento Mensal.

VII - ESCLARECER, que as obras/serviços ou compras/prestações de serviços só poderão serem iniciados quando os recursos financeiros forem depositados na conta do Conselho.

VIII - DETERMINAR, que o recebimento no caso de serviços/compras será atestado por dois dos membros definidos no item V.

IX – DETERMINAR, que a prestação de contas deverá ser encaminhada a SEDUC até 30 (trinta) dias após o término no prazo de aplicação, observando art. 13 da Lei 13.666/2000, alteração pela Lei 14.306/2002 e Resolução nº 002, de 15 de fevereiro de 2023.

CUMPRA-SE.

Profª Aparecida de Fátima Gavioli Soares Pereira
SECRETÁRIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Profª Aparecida de Fátima Gavioli Soares Pereira
SECRETÁRIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO



Documento assinado eletronicamente por **APARECIDA DE FATIMA GAVIOLI SOARES PEREIRA, Secretário (a) de Estado**, em 04/11/2024, às 17:12, conforme art. 2º, § 2º, III, "b", da Lei 17.039/2010 e art. 3ºB, I, do Decreto nº 8.808/2016.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.go.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=1 informando o código verificador **66858203** e o código CRC **304B8670**.



Referência: Processo nº 202400006110687



SEI 66858203